04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

12.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

12.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

12.10. O prazo de validade do Concurso será de 6 (seis) meses, contados a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

12.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

13.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

13.2.1. O Diretor da Unidade deverá cientificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recursante, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

13.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

13.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

13.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

13.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

13.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

14.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

14.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

14.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

EDITAL Nº 414, DE 27 DE MAIO DE 2015
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE VAGA(S) DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR, NA CLASSE A

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base no Decreto nº 6.944/2009, nos termos do Decreto nº 7.485, de 18/05/2011, publicado no DOU de 19/05/2011, alterado pelo Decreto nº 8.259, de 29/05/2014, publicado no DOU de 30/05/2014, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e com o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013 e na Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ASSISTENTE A, Nível 1, lotada(s) nesta Universidade e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE FOTOGRAFIA, TEATRO E CINEMA da ESCOLA DE BELAS ARTES, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)

Número de vaga(s)	01 (uma)	
Área de conhecimento	Animação	
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva	
Titulação	Mestrado em Artes ou áreas afins.	
Perfil desejado do candidato	O candidato deverá apresentar conhecimento teórico-prático em Animação com experiência artística, docente e de pesquisa. É desejável que o candidato apresente domínio de duas ou mais	
	técnicas de realização de filmes animados, incluindo Desenho Animado, 2D Digital, 3D Digital, Stop Motion e Pós-produção digital.	
Inscrição	Período de inscrição	Até 30 (trinta) dias a partir da publicação do Edital.
	Endereço	Secretaria Geral da Escola de Belas Artes Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901
	Horário	Das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis.
	Contato	Telefone(s): (31) 3409-5263 Correio eletrônico: dir@eba.ufmg.br
Endereço da página eletrônica onde consta o(s)programa(s), quando for o caso, e demais informações do Concurso	www.eba.ufmg.br	
Tipos de prova	Prova de Títulos, Prova Didática e Prova Prática.	
Prova Prática	A Prova Prática consistirá na criação de um trecho animado com aplicação das técnicas descritas no Edital. Critérios de avaliação: Aderência aos requisitos da prova, como duração, dimensões e resolução do produto final; Domínio das técnicas e ferramentas para resolução das questões propostas.	
Instrumentos, aparelhos ou técnicas a serem utilizadas	Para a realização da Prova Prática, estarão disponíveis aos candidatos os seguintes equipamentos: computadores, mesas digitalizadoras, dispositivos de captura de imagens e mesas de luz, quando aplicáveis.	
Metodologia de aferição	Análise qualitativa do movimento nos vídeos produzidos; Análise de frames dos vídeos produzidos; Análise dos arquivos-fonte criados pelos candidatos.	
Duração da Prova Prática	A Prova Prática terá a duração de 4 (quatro) horas.	
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento das inscrições.	

2. DA(S) VAGA(S)

2.1. O Concurso visa ao provimento da(s) vaga(s) especificada(s) no Quadro 1 deste Edital.

2.2. O turno de trabalho diurno e/ou noturno do(s) candidato(s) nomeado(s) será definido pelo Departamento/Unidade. As atividades serão desenvolvidas no horário de acordo com a necessidade do Departamento/Unidade, sem direito de opção pelo candidato nomeado.

3. DA DENOMINAÇÃO DO CARGO

3.1. A nomeação do candidato se dará na Classe A, da Carreira de Magistério Superior com a denominação de acordo com a titulação do cargo, conforme estabelece o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

3.1.1. Se for portador do título de Mestre, a nomeação será na Classe A, com a denominação de Professor Assistente A, Nível 1.

3.1.2. Se for portador de título de Doutor, a nomeação será na Classe A, com a denominação de Professor Adjunto A, Nível 1.

4. DA REMUNERAÇÃO

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), de acordo com a titulação do candidato aprovado, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Tabela referente à remuneração do Cargo

Classe/Denominação	Vencimento básico (R$)	Titulação	Retribuição por Titulação (R$)	Remuneração (R$)
Classe A, com denominação de Professor Assistente A	4.014,00	Mestrado	1.931,98	5.945,98
Classe A, com denominação de Professor Adjunto A	4.014,00	Doutorado	4.625,50	8.639,50

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. O prazo de inscrição terá início a partir da publicação deste Edital.

5.2. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.

5.3. A taxa de inscrição, no valor de R$ 148,65 (cento e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), deverá ser paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através da página eletrônica www.tesouro.fazenda.gov.br, com os seguintes dados: Unidade Gestora: 153062, Gestão: 15229, Código de Recolhimento: 28883-7.

5.4. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

5.5. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.

5.6. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado;

b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação (original e cópia);

c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;

d) Comprovante de endereço para recebimento de correspondência (original e cópia);

e) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;

f) Sete cópias do "curriculum vitae";

g) Portfólio.

5.7. Os documentos comprobatórios do "curriculum vitae" deverão ser apresentados em via única, numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no "curriculum vitae", até dez dias após a data final das inscrições.

5.8. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.

5.9. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação com foto, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.

5.10. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital; do programa integral do Concurso, quando for o caso; da tabela com o valor máximo de pontos para cada um dos quesitos a serem avaliados na Prova de Títulos; da Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário; da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário e de outros documentos e demais informações consideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser considerados parte integrante deste Edital.

5.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.12. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.

5.13. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.

5.14. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução Complementar nº 02/2013.

6. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

6.2. A isenção mencionada no item 6.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.

6.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.

6.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

6.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.

6.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.

7. DO INÍCIO DO CONCURSO

7.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.

7.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.

7.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 12 da Resolução Complementar nº 02/2013, bem como cópia de eventual Portaria em que se especifiquem alterações na composição da referida Comissão.

7.4. De acordo com a Ação Civil Pública nº 69678-37.2010.4.01.3800 estão impedidos de participar da Comissão Examinadora integrantes que mantenham ou tenham mantido, no interregno de 05 (cinco) anos anteriores à publicação deste Edital, vínculo de natureza acadêmica, em nível de pós-graduação, com os candidatos inscritos.

7.5. O membro da Comissão Examinadora que se enquadre no disposto no item anterior deverá declarar-se impedido devendo a substituição ser determinada pelo Diretor da Unidade.

7.6. A não observância ao disposto nos itens 7.4 e 7.5 implicará na nulidade do presente concurso, em qualquer fase que este se encontre.

7.7. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.

7.8. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Chefe do Departamento ou autoridade pertinente.

7.9. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:

I- escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;

II- apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;

III- sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013.

7.10. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

7.11. O não comparecimento do candidato na sessão de abertura determinará sua eliminação do Concurso.

7.12. Após instalada, a Comissão Examinadora estabelecerá o cronograma, o tempo destinado a cada prova, a ordem das provas, fixando o dia, a hora e o local de sua realização, e divulgará tais informações na entrada do local da instalação, disponível ao conhecimento do público.

7.13. Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que durante a realização das provas for flagrado em tentativa de fraude, desrespeito aos membros da Comissão Examinadora, bem como à Comunidade Universitária.

8. DAS PROVAS

8.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.

8.2. O candidato que não comparecer a qualquer uma das provas para as quais for convocado, nos dias, horários e locais estabelecidos pela Comissão Examinadora, será automaticamente eliminado do Concurso.

8.3. A Comissão Examinadora apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas, em cada etapa ou prova.

8.4. Serão públicas as sessões de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, e de apuração final do resultado do Concurso.

8.4.1. As sessões públicas de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, serão gravadas.

8.4.1.1. O candidato deverá assinar termo de consentimento para gravação das provas orais previstas no certame.

8.4.2. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.

8.5. Da Prova de Títulos

8.5.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise de cada quesito, apresentados na tabela, constante da Resolução Complementar nº 02/2013, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento da vaga submetida a Concurso Público.

Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

8.5.2. A Câmara Departamental ou estrutura equivalente estipulará o valor máximo de pontos para cada um dos quesitos a serem avaliados na Prova de Títulos, respeitando a respectiva faixa de pontuação-limite, estabelecida na Resolução Complementar nº 02/2013, e o total de cem pontos.

8.5.3. O valor máximo de pontos para cada um dos quesitos poderá ser estabelecido a cada Concurso, a critério da Câmara Departamental ou estrutura equivalente, quando for o caso.

8.5.4. O valor máximo estabelecido para cada quesito será divulgado antes do início das inscrições na página eletrônica da Unidade e do Departamento responsável pelo Concurso, se houver, e será entregue aos candidatos, no ato da inscrição.

8.5.5. A Comissão Examinadora do Concurso divulgará a todos os candidatos, antes do início da avaliação da Prova de Títulos, a Tabela de Pontuação-Limite, contendo o detalhamento dos critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, respeitados os valores máximos de cada um, estabelecidos pela Câmara Departamental ou estrutura equivalente.

8.5.6. Os critérios de análise de cada quesito serão definidos pela Comissão Examinadora.

8.5.7. A Comissão Examinadora atribuirá a nota final obtida na Prova de Títulos a cada candidato, numa escala de zero a cem pontos, detalhando a pontuação atribuída a cada quesito, respeitada a pontuação-limite de cada um, observado o disposto no artigo 41 da Resolução Complementar n° 02/2013.

8.6. Da Prova Didática

8.6.1. A Prova Didática consistirá em aula sobre ponto contido em lista organizada pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, a ser sorteado pelo menos vinte e quatro horas antes do início da prova, à qual se seguirá uma arguição oral pela referida Comissão.

8.6.1.1. A Comissão Examinadora poderá agrupar os candidatos, a seu critério, para fins de sorteio de ponto e de realização da Prova Didática.

8.6.1.2. O agrupamento previsto no parágrafo 1º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir a todos os candidatos, pelo menos, o tempo previsto no caput deste artigo, para preparo da Prova Didática.

8.6.1.3. O agrupamento previsto no parágrafo 2º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir que todos os candidatos estejam no local das provas no horário indicado da primeira aula.

8.6.1.4. A ordem de apresentação será feita mediante sorteio na presença de todos os candidatos, comprovado por assinatura em lista de presença, no horário indicado para o início da primeira aula.

8.6.2. Na Prova Didática serão garantidos ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

8.6.2.1. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

8.6.2.2. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no parágrafo 1º do artigo 35 da Resolução Complementar nº 02/2013 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

8.6.2.3. A Comissão Examinadora avaliará na Prova Didática, tanto o domínio pelo candidato do tema sorteado quanto sua capacidade de organização e exposição de ideias, no espaço de tempo garantido.

8.6.2.4. A Prova Didática será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora.

8.7. Da Prova Prática

8.7.1. A Prova Prática será realizada segundo critérios definidos pela Câmara Departamental, que levará em conta a natureza e as peculiaridades da matéria em Concurso, indicando os instrumentos, aparelhos ou as técnicas a serem utilizadas, bem como a metodologia de aferição para avaliação dos candidatos.

8.7.2. A inobservância do prazo definido para realização da Prova não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

9. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS

9.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos.

9.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

9.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:

I- dar peso um às notas de todas as provas realizadas;

II- calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias das notas atribuídas a cada um deles;

III- classificar os candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas;

IV- colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

9.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o para o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

9.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, conforme o caso, nesta ordem:

a) Prova Didática ou Apresentação de Seminário ou Prova Prática ou Arguição de Memorial;

b) Prova de Títulos;

c) Prova Escrita.

10. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

10.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

10.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

10.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotará, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

10.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

10.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma:

I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

10.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

10.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

10.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

10.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013;

10.6.4. tiver maior idade;

10.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

10.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora, que conterá, obrigatoriamente:

I- os quadros de notas e médias atribuídas pelos Examinadores, individualmente, a cada candidato, com a identificação nominal de todos os concorrentes e dos Examinadores;

II- a relação nominal dos candidatos aprovados;

III - o(s) nome(s) do(s) candidato(s) indicado(s) para assumir a(s) vaga(s) em Concurso.

10.8. O Parecer Final da Comissão Examinadora deverá registrar a justificativa de cada um de seus componentes, para as notas atribuídas aos candidatos, avaliados individualmente.

10.9. O Secretário da Comissão Examinadora lavrará ata de cada prova e sessão do Concurso, as quais serão assinadas por todos os membros da referida Comissão.

10.10. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Câmara Departamental.

11.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

11.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

11.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

12. DA INVESTIDURA NO CARGO

12.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFMG, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

12.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

12.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Declaração de Bens e Rendas - DBR (anexo I) ou Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (anexo II), conforme dispõe a Instrução Normativa - TCU Nº 67, de 06/07/2011, publicada no DOU de 08/07/2011; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Declaração de que não é beneficiário do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990; d) Prévia inspeção médica oficial; e) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; f) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; g) Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Plano de trabalho; o) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos.

12.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Junta Médica Oficial da UFMG.

12.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para a(s) vaga(s), e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112/1990, e o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

12.5.1. O Regime de Trabalho referido no item acima não poderá ser alterado durante o período de estágio probatório.

12.6. A efetivação no regime de Dedicação Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

12.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

12.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

12.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

12.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contados a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

12.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do

Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

13.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

13.2.1. O Diretor da Unidade deverá cientificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recursante, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

13.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

13.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

13.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

13.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

13.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

14.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

14.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

14.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

EDITAL Nº 415, DE 27 DE MAIO DE 2015
RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO
PARA A CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 16, do Decreto 6.944, de 21/08/2009, divulga a homologação do resultado final do Concurso Público para a Carreira de Magistério Superior, abaixo discriminado:

Unidade: Instituto de Ciências Agrárias
Área de Conhecimento: Estatística e Experimentação Agrícola
Edital: nº 56, de 27/01/2015, publicado no DOU de 28/01/2015.
Vagas: 01 (uma)
Classe: A
Denominação: Professor Adjunto A
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Classificação:
1º lugar: Álcinei Mistico Azevedo
2º lugar: Thiago Otávio Mendes de Paula
3º lugar: Edmar Vinícius de Carvalho
Data de Homologação Interna: 08/05/2015

JAIME ARTURO RAMÍREZ

ESCOLA DE ENFERMAGEM

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015 - UASG 153279

Processo: 23072055655201481. DISPENSA Nº 135/2014. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS -GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contratado : FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA -PESQUISA. Objeto: Dar apoio ao Projeto de Extensão: "Capacitação em Ações de Eliminação da Hanseníase em Minas Gerais". Coordenador: Prof. Francisco Carlos Félix Lana. Fundamento Legal: Art.24,Incisso XIII da Lei 8.666/93. Lei 8.958/94 regulamentada pelo Decreto7.423/2010 . Vigência: 17/12/2014 a 15/12/2016. Valor Total: R$300.952,90. Fonte: 6151000000 - 2015NE800003. Data de Assinatura: 17/12/2014.

(SICON - 27/05/2015) 153279-15229-2015NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2015 - UASG 153279

Processo: 23072050973201455. DISPENSA Nº 124/2014. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS -GERAIS. CNPJ Contratado: 18720938000141. Contratado : FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA -PESQUISA. Objeto: Dar apoio ao Projeto "Análise dos Dados das Pesquisas: Vigitel, Nacional de Saúde do Escolar e Nacional de Saúde relacionados ao Fatores de Riscos das Doenças Crônicas não Transmissíveis. Coordenador: Prof. Jorge Gustavo Velasques Melendez. Fundamento Legal: Art. 24, Incisso XIII da Lei 8.666/93. Lei 8.958/94 regulamentada pelo Decreto 7423/2010 . Vigência: 30/11/2014 a 29/11/2015. Valor Total: R$300.000,00. Fonte: 6151000000 - 2015NE800004. Data de Assinatura: 30/11/2014.

(SICON - 27/05/2015) 153279-15229-2015NE800001

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOSS

Especie: Ata SRP 321/15. Pregão Eletrônico. 50/2014.
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES CNPJ: 22355622000175
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 9610945.00
Objeto: MEDICAMENTOS.
Fonte: Sitio www.comprasnet.gov.brEspecie: Ata SRP 322/15. Pregao Elet. 50/14

Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA CNPJ: 49324221000104
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 94590.00
Especie: Ata SRP 323/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: LABORATORIOS B. BRAUN S/A CNPJ: 31673254000102
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 802000.00

Especie: Ata SRP 324/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: OFTALMOPHARMA IND. E COM. DE PRODS FARMS CNPJ: 00192190000196
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 83970.00

Especie: Ata SRP 320/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: BLAU FARMACEUTICA S/A CNPJ: 58430828000160
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 120450.00

Especie: Ata SRP 325/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA CNPJ: 01440590000136
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 1509139.00

Especie: Ata SRP 326/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: MEDCOMERCE COM.DE MED.E PROD.HOSP.LTDA CNPJ: 37396017000624
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 1488960.00

Especie: Ata SRP 327/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: HELP FARMA PROD.FARMACEUTICOS LTDA CNPJ: 02460736000178
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 1405137.10

Especie: Ata SRP 328/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: FARMACE INDUSTRIA QUIM FARM CEARENS LTDA CNPJ: 06628333000146
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 88640.00

Especie: Ata SRP 329/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: L.M.FARMA LTDA CNPJ: 57532343000114
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 11536.00

Especie: Ata SRP 330/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: NOVAFARMA IND.FARMACEUTICA LTDA CNPJ: 06629745000109
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 226070.00

Especie: Ata SRP 331/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: FARMACONN LTDA CNPJ: 04159816000113
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 471300.00

Especie: Ata SRP 332/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: INDALABOR INDAIA LAB. FARM. LTDA CNPJ: 04654861000144
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 412610.00

Especie: Ata SRP 333/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: HOSPFAR IND.COM.PROD.HOSPITALARES CNPJ: 26921908000121
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 1934732.00

Especie: Ata SRP 334/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARM. LTDA CNPJ: 44734671000151
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 609646.50

Especie: Ata SRP 335/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: HOSP - LOG COMERCIO DE PRODS HOSPS LTDA CNPJ: 06081203000136
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 788560.00

Especie: Ata SRP 336/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: ESPECIFARMA COM. DE MED. E HOSPS. LTDA CNPJ: 00085822000112
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 86320.80

Especie: Ata SRP 337/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: S3 ME DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 09660958000183
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 144500.00

Especie: Ata SRP 338/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: D-HOSP DIST. HOSP. IMP E EXP. LTDA CNPJ: 08076127000600
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 29971.00

Especie: Ata SRP 310/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: CRISTAL PHARMA LTDA CNPJ: 06073848000127
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 14163225.00

Especie: Ata SRP 339/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: COSTA CAMARGO COM. PRODS HOSPS LTDA EPP CNPJ: 36325157000215
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 664490.00

Especie: Ata SRP 340/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: CERTA MEDICAMENTOS COMERCIAL LTDA CNPJ: 11367967000122
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 448878.00

Especie: Ata SRP 341/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: GIROFARMA MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 07876749000146
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 4009.00

Especie: Ata SRP 342/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ: 49351786001071
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 950400.00

Especie: Ata SRP 343/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: DF MED DIST.DE MEDICAMENTOS DISTRITO FED CNPJ: 06555701000173
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 2612160.00

Especie: Ata SRP 344/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: ELFA MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 09053134000226
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 35280.00

Especie: Ata SRP 311/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: ONCOVIT DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 10586940000168
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 416678.00

Especie: Ata SRP 312/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: MEDPOA COMERCIO DE MAT.MED. HOSP. LTDA CNPJ: 10807173000170
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 49450.00

Especie: Ata SRP 313/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: PROFARMA SPECIALTY S/A CNPJ: 81887838000655
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 463630.00

Especie: Ata SRP 314/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: SOLUMED DIST.DE MED.E PROD.PARA SAUDE CNPJ: 11896538000142
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 77400.00

Especie: Ata SRP 315/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: EXCLUSIVA DIST DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 14905502000176
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 17864.70

Especie: Ata SRP 316/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA E CNPJ: 12889035000102
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 437000.00

Especie: Ata SRP 317/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: TC ATUAL COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 10493969000103
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 11490.00

Especie: Ata SRP 318/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A CNPJ: 60665981000975
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 23500.00

Especie: Ata SRP 319/15. Pregao Elet. 50/14
Contratante: HC/UFMG CNPJ 17.217.985/0034-72
E Contratado: M4X COM. E SERVICOS EIRELI ME CNPJ: 09087070000101
Vigencia: 28/05/2015 a 27/05/2016 Valor R$ 126270.00